

A articulação capitalismo-patriarcado e as transformações das categorias sexo e gênero no modo de produção de capitalista: uma leitura foucaultiana e marxista

Débora Nunes*

Resumo

O presente artigo busca discutir de que forma se dá a articulação entre o modo de produção capitalista e a estrutura patriarcal, através do resgate do debate entre as feministas marxistas e as teóricas da tradição do patriarcado. Para tanto, utiliza-se a reconstrução histórica de Foucault de como o capitalismo se apropriou da estrutural patriarcal, baseando-se no conceito de biopoder e nos dispositivos de aliança e sexualidade. O objetivo é compreender qual é a relação entre sexo, gênero e as formas específicas em que aparecem no modo de produção, isto é, como essas estruturas de capitalismo e patriarcado suportam-se mutuamente em um constante movimento que encontra sínteses diferentes no tempo, sendo ora harmônicas, ora conflitantes. A intenção é propor uma metodologia que seja capaz de captar a posição dos sexos e gêneros no capitalismo através da identificação dessa síntese dinâmica entre modo de produção e modo de dominação.

Palavras-chave: economia política feminista; feministas marxistas; capitalismo e patriarcado; Marx; Foucault.

1. Introdução

A economia política feminista, campo de estudo novo e ainda pouco explorado no Brasil, dedica-se resumidamente a investigar a relação entre as categorias sexo, gênero e sexualidade (e suas categorias relacionadas, como família, lar e parentesco) com os modos de produção das diferentes sociedades. Utilizando-se do método marxista de análise, a intenção dessa escola é buscar uma definição materialmente construída para essas categorias, compreendendo que cada modo de produção exige necessariamente um modo de reprodução, ou seja, que uma forma de produção está intimamente relacionada com uma forma específica de controle sobre os corpos que suportam materialmente a capacidade de trabalho.

Uma das poucas questões que encontra razoável consenso entre pesquisadoras de economia política feminista é a anterioridade histórica do sistema patriarcal em relação ao modo de produção capitalista. Considera-se que o patriarcado se estabelece previamente à dominação do capitalismo nas sociedades, mas que esse modo de produção específico apropriou-se dos conceitos de gênero e sexo herdados e ambos passaram a estabelecer uma relação mútua de dependência em constante

movimento, encontrando sínteses dinâmicas no tempo. A questão que se coloca neste artigo é: se isso é verdade, como e por que o capitalismo se apropriou do patriarcado? De que forma tais estruturas se relacionam, se sustentam e se articulam?

Para sugerir algumas possíveis respostas para tais perguntas, o presente artigo realiza primeiramente uma breve definição dos conceitos de sexo e gênero aqui utilizados. A partir daí, promove-se um resgate do debate entre pesquisadoras e pesquisadores marxistas que buscam definir quais categorias e conceitos utilizados por Marx seriam mais adequados para que se compreenda a posição das mulheres no capitalismo (e nos diferentes “capitalismos” concretamente existentes). O objetivo é propor uma metodologia que permita o estudo da posição dos sexos e gêneros nas sociedades, mantendo a ortodoxia em relação ao método dialético marxista. Busca-se assim compreender o movimento dinâmico do capitalismo e do patriarcado através de uma síntese teórica entre as feministas marxistas e as teóricas da tradição do patriarcado, argumentando a favor da posição das feministas marxistas radicais. Partindo-se da situação concreta de desigualdade entre sexos e gêneros, a ideia é buscar nessas escolas teóricas quais seriam as categorias abstratas relevantes para compreender a situação das mulheres no mundo, para posteriormente buscar o significado e a posição dessas categorias concretamente nos diferentes períodos e localidades. A hipótese deste trabalho é que a posição da “mulher” e do “feminino” variam de sociedade pra sociedade, de um certo período para outro, assim como o capitalismo encontra formas diferentes de valorizar o valor, formas estas que se alteram temporal e geograficamente (embora, em essência, seja sempre apropriação de mais-valia).

Visando investigar os movimentos históricos que deram origem a essa apropriação do patriarcado pelo capitalismo, são utilizados os estudos de Michael Foucault. Através da apresentação do conceito de biopoder e da análise dos dispositivos de aliança e sexualidade, busca-se entender como se deu a tomada da sexualidade como uma questão de Estado por parte da burguesia emergente no século XVIII, e quais os conceitos de sexo e gênero que surgiram a partir daí.

A fim de aplicar a metodologia proposta em um período histórico específico, a penúltima sessão busca identificar como a posição das mulheres na sociedade se alterou no período da Revolução Industrial na Inglaterra. A ideia é buscar um período do capitalismo com modificações na taxa de exploração, nas condições de emprego, na formação de um exército industrial de reserva e na generalização do trabalho assalariado. O objetivo é destacar como alguns resultados podem parecer positivos para as mulheres à primeira vista, mas se analisados utilizando-se dessa metodologia proposta torna-se possível identificar os resultados como movimentos do capitalismo e do patriarcado em suas sínteses e tendências, ressignificando assim os quadros estáticos de análise.

Como conclusão, defende-se a hipótese de que essas estruturas estão articuladas e se sustentam mutuamente, ou seja, que os movimentos de mutação e contradição do capital afetam de forma diferente a homens e mulheres, modificando a relação e a posição dos sexos e gêneros. Da mesma forma, modificações da posição dos sexos e gêneros podem provocar efeitos diversos na acumulação de capital. Compreender de que forma se dão esses movimentos e quais são as sínteses dinâmicas que essas estruturas encontram pode ser um caminho para que se possam traçar pautas concretas e teoricamente fundamentadas para os movimentos sociais feministas.

2. À guisa de definição: a abstração do sexo e do gênero

Segundo a teoria foucaultiana, tanto o conceito de sexo quanto o conceito de gênero são termos que assumem significados diferentes em sociedades diferentes. São categorias culturalmente construídas, e não biologicamente dadas. Por sexo se compreende as categorias homem e mulher: na nossa sociedade, homens são identificados por possuírem cromossomos XY, pênis e predominância de testosterona em seu organismo; mulheres são identificadas por possuírem cromossomos XX, vagina e predominância de progesterona e estrogênio. Embora essas estatísticas sejam de difícil obtenção (em parte por falta de diagnóstico ao nascer e em parte por uma omissão dos pais), certo é que inúmeras pessoas nascem com algumas características que não se encaixam nesse “modelo ideal” (genitália dúbia, cromossomos XXY e XXX, além de alterações nos níveis hormonais e aparelho reprodutor). Como fazer para adequar esses “seres diferenciados” a essas duas categorias a princípio excludentes, com a possibilidade de criação de uma nova ou várias novas categorias (ou mesmo a supressão total delas) e as adaptações que se fazem para que se possa modificar a condição natural dessas pessoas e encaixá-las nos padrões existentes – como medicamentos e cirurgias – são um traço importante da cultura da sociedade em relação aos sexos.

A ideia de dois sexos separados (homem e mulher), opostos (ideia de que homem e mulher se complementam tanto fisicamente – homem penetrador e mulher penetrada – quanto ideologicamente – homem forte e mulher frágil) e excludentes (o que não é homem é mulher e vice-versa) é um sistema que começou a se desenvolver só durante o século XVIII, na Europa (LAQUEUR, 1990). Em outras sociedades, se percebe a existência de um só sexo ou mesmo de três ou mais sexos¹. É evidente que o sexo está baseado em características físicas e naturais dos seres

¹ Nos estudos desenvolvidos por Laqueur (1990) acerca da sociedade grega até o século XVIII, por exemplo, o autor argumenta que essa sociedade possuía uma ideia “unissexuada” do corpo: haveria apenas um sexo, e a quantidade de energia que o corpo recebesse definiria se a genitália se projetaria para fora (no caso do homem) ou para dentro (no caso da mulher). Logo, o corpo da mulher seria “inferior” (pois dispunha de menos energia), menos capaz de absorver nutrientes (o sangramento era uma forma de expulsar a quantidade extra de nutrientes ingeridos) e o útero seria apenas um pênis interno.

humanos; entretanto, essas características necessitam ser interpretadas para que sejam classificadas: “embora essas distinções anatômicas sejam geralmente dadas no nascimento, os significados a elas associados são altamente históricos e sociais” (WEEKS, 1999, p. 43).

A análise dos gêneros se refere aos conceitos de feminino e masculino (e a androginia, que se caracteriza pela mescla entre as características atribuídas a um e a outro). Por definição, o feminino deveria representar tudo aquilo que “é da mulher”; masculino, tudo aquilo identificado como “do homem”. Logo, surge uma série de comportamentos, sentimentos, roupas, posturas sociais, tarefas e afazeres que são tratados como femininos ou masculinos, ou seja, um estereótipo do que é o comportamento feminino e um estereótipo do que é o comportamento masculino.

Há um extenso debate acadêmico a respeito do conceito de gênero entre as feministas. Linda Nicholson (2000) divide as interpretações relacionadas ao gênero em dois grupos: (1) aquelas que consideram que o conceito de gênero é oposto ao conceito de sexo, sendo este tudo que é biologicamente construído e aquele toda a construção social que se dá em cima desse corpo natural; (2) aquelas que consideram que gênero é um termo que faz referência a “qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos femininos de corpos masculinos” (NICHOLSON, 2000, p. 53). Considerando o sexo como uma construção social, conforme discussão anterior, e portanto aproximando-se do segundo grupo definido por Nicholson (2000), a definição ampla de Scott (1990) parece fornecer um conceito mais completo para fins de análise. Segundo ela, o gênero é uma categoria analítica útil quando observado sob duas óticas inter-relacionadas:

a) O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos. Para compreender como o gênero está construído nas diferentes sociedades, é preciso desconstruir seu conceito, identificando as seguintes categorias:

- Símbolos culturais: são figuras culturais públicas que servem como forma de preservação de certos juízos específicos, como Eva e Maria. As perguntas fundamentais para defini-los remetem às perguntas clássicas de Foucault (1989): da onde vêm? Como são? Quem os disse?

- Conceitos normativos: dos símbolos culturais se identificam conceitos tendenciosos e únicos, como características próprias das mulheres que se opõem às dos homens e servem para barrar outras hipóteses interpretativas não desejadas para fins religiosos, políticos e jurídicos.

- Noções políticas, instituições e organizações: devem-se identificar as características do envolvimento mútuo da família, da economia, da política, da escola, do mercado, etc., em relação ao gênero.

- Identidade subjetiva: os conceitos supracitados se inserem na formação psicológica dos indivíduos, fazendo parte do que eles são (por ser homem, uma pessoa toma inúmeras atitudes apenas porque acredita que um homem deve fazê-lo, e o mesmo ocorre para as mulheres).

b) O gênero é o campo primário por meio do qual se articula o poder político. Os conceitos de gênero baseados em aspectos da natureza se tornam referências de organização na sociedade, legitimando aspectos que muitas vezes não têm relação direta com a sexualidade (como a caracterização de uma pessoa frágil emocionalmente como feminina). Aqui se observa a natureza recíproca de gênero e sociedade, que se constroem simultaneamente em uma relação dialética. O caráter estável e seguro da relação “natural” entre homem masculino e mulher feminina legitima o poder político, formando parte do seu significado.

3. As escolas feministas e o marxismo: resgatando o debate teórico

O conceito de feminismo é debatido fortemente nas diferentes escolas de pensamento, apresentando mudanças drásticas de definição, muito devido ao fato de se tratar também de uma posição política (por comprometer-se com a ideia de subverter e transformar a ordem vigente, considerada machista). Genericamente, trata-se de um movimento de libertação da mulher que está baseado em pensamento e ação, unindo uma ampla base teórica com a ação prática. Segundo a definição de Susana Gamba (2008a):

O feminismo é um sistema de ideias que, a partir do estudo e análise da condição da mulher em todas as ordens – família, educação, política, trabalho, etc. – pretende transformar as relações baseadas na assimetria e opressão sexual, mediante uma ação mobilizadora. A teoria feminista se refere ao estudo sistemático da condição das mulheres, seu papel na sociedade e as vias para atingir sua emancipação. (GAMBA, 2008a, p. 2, tradução livre)

Embora sejam muitas as teorias que se propõem a estudar questões de gênero, sexo e sexualidade, e suas origens possam ser estudadas de diversas maneiras, utiliza-se aqui a divisão proposta por Joan Scott (1990), que sugere três linhas de pesquisa que servem de apoio para as escolas feministas existentes: (1) a escola psicanalítica; (2) as teóricas do patriarcado; (3) as feministas marxistas. A partir da identificação das ideias de cada uma dessas três formas de pensar, se formam diferentes escolas de pensamento e militância feministas, que podem apoiar-se em uma, duas ou até mesmo as três vertentes para fazer sua interpretação.

A escola psicanalítica busca compreender os papéis que são destinados aos sexos e os comportamentos executados e socialmente aceitos pelos gêneros através de uma explicação da psique dos indivíduos. Para isso, centra a análise no desenvolvimento das pessoas em seus

primeiros anos de vida. Para a construção de um conceito de gênero que sirva como instrumento de análise socioeconômica, entretanto, essa visão usualmente torna-se atemporal e “ahistórica”, pois concentra-se nas relações familiares como produtoras do antagonismo sexual. Sem negligenciar sua contribuição para o debate feminista, as pesquisas realizadas tendo por base essa escola teórica não serão debatidas no presente artigo².

As teóricas do patriarcado, por outro lado, utilizam-se de conceitos hegelianos para compreender a posição de dominação do homem nas sociedades, combinando os conceitos de sexo, gênero e sexualidade enquanto construções sociais (seguindo uma linha foucaultiana) com as diferenças físicas e biológicas entre homens e mulheres para explicar as origens das relações patriarcais³. Já dentro da tradição marxista, existem diversas subdivisões teóricas, sendo o ponto de convergência a busca por uma explicação “material” para o gênero e a íntima conexão entre famílias, lares e sexualidade com os modos de produção que se alteram no tempo.

Se as teóricas do patriarcado são criticadas por não associar as questões de gênero, sexo e sexualidade com os demais setores da sociedade, centrando a explicação na estrutura patriarcal e no homem como animal opressor por excelência (o que torna as alternativas de militância feministas meros ataques ao sexo homem, em muitos casos), as feministas marxistas foram criticadas por repousar sua pesquisa apenas na base econômica das sociedades, com ausência de um estudo a respeito de como os movimentos sociais podem modificar a condição dos sexos e gêneros, alterando as condições de acumulação (SCOTT, 1990). É retomando o debate entre ambas tradições teóricas que surge a possibilidade de explorar uma metodologia capaz de analisar os movimentos do capitalismo e do patriarcado como estruturas dependentes, que movimentam-se de forma a encontrar sínteses dinâmicas que variam no tempo e no espaço, devido a diferentes condições históricas do capitalismo e diferentes condições históricas da estrutura patriarcal.

O patriarcado, se tomado como conceito estático que representa apenas a dominação da mulher pelo homem, “sempre parece ser uma explicação de onde e quando as mulheres estão em

² As relações familiares merecem um papel de destaque nas teorias feministas, inclusive por se tratarem de uma forma de dominação e de perpetuação das relações de poder na sociedade atual. É o conceito de família tradicional (pai-mãe-filhos) e a proteção e privacidade dessa que permite o descaso e a banalização da violência doméstica, gerando o slogan feminista muito difundido a partir dos anos 60 “o pessoal é político” (OKIN, 2008). Torna-se muito importante, portanto, estudar como o indivíduo ainda na infância percebe essas relações familiares e como esse ambiente interage com suas habilidades e desejos. Não obstante, essa análise não é a que fornece o melhor instrumental para analisar a articulação capitalismo-patriarcado, justamente pelo recorte ahistórico.

³ São expoentes dessa tradição autoras como Mary O’Brien (1981) e Shulamith Firestone (1970), que colocam a reprodução como o centro da questão, sendo a “compreensão adequada” desse processo por parte das mulheres o seu modo de libertação (é necessário fazer uma separação entre o processo natural de reprodução e a mistificação ideológica posta sobre ele). Já Catherine MacKinnon (1989) propõe que a sexualidade é o centro do patriarcado, pois considera que o sexo da maneira como é praticado é *per se* violência. Utilizando-se de questionários e estatísticas, chega a conclusão de que, no contexto social atual, violência é sinônimo de sexo e que a visão da mulher como objeto é o processo primário de sua opressão.

desvantagem, mas isso é apenas renomear algo que já é conhecido, ao invés de explicar por que a opressão se dá dessa maneira e por que e como ela muda” (FINE, 1992, p. 26, tradução livre). Entretanto, o conceito de sociedade patriarcal pode ser estudado historicamente, pois trata-se de uma categoria analítica abstrata que encontra formas operacionais concretas distintas nas sociedades. Assim como o capitalismo encontra diferentes formas de manter a acumulação e a valorização, embora permaneça em essência apropriação da mais-valia, o patriarcado encontra diferentes formas de manter a opressão da mulher, embora permaneça em essência dominação⁴.

Foi justamente o estudo sistemático das formas concretas do patriarcado em seus contextos sociais específicos que permitiu um princípio de mapeamento da situação das mulheres no mundo, chegando a importantes conclusões a respeito da articulação entre essa estrutura e as condições econômicas e sociais. Os extensos estudos de dezesseis antropólogas publicados por Rosaldo & Lamphere (1974), por exemplo, concluem que a discriminação por gênero é uma estrutura presente em todas as sociedades existentes, mas os estereótipos associados a cada um deles diferem radicalmente de uma cultura para outra. Além disso, observou que o grau de sujeição das mulheres aos homens correlaciona-se ao grau em que a dicotomia público/doméstico é destacada em uma sociedade, fornecendo uma importante observação para a análise da relação entre o patriarcado e o capitalismo em sua fase neoliberal.

Já em relação às feministas marxistas, o debate aparece mais concentrado em relação a quais seriam as categorias marxistas mais apropriadas a serem utilizadas como instrumentos para a compreensão da posição dos sexos na sociedade capitalista. Segundo Fine (1992), a investigação deve ser feita de modo a identificar as categorias do modo de produção capitalista (como valor, capital, lucro) com alto grau de abstração para, então, poder aplicá-las em um dado momento histórico para compreender como derivam as relações de gênero nesse dado contexto. Ele defende que é por meio dessas categorias com alto nível de abstração que podemos identificar as características historicamente próprias das mudanças no modo de produção, sendo essas ferramentas essenciais para que se identifiquem as diferentes formas e determinantes da opressão da mulher nos mais diversos ambientes.

⁴ Carole Pateman (1993) evidencia justamente as formas pelas quais a estrutura patriarcal penetrou na estrutural legal na história da sociedade, gerando um contrato sexual pressuposto nos contratos sociais que vai alterando sua forma, mas sempre mantém as relações de dominação e subordinação. Já Engels (1982) realiza uma exposição da formação da família desde a pré-história, mostrando que “esse rebaixamento da condição da mulher, tal como aparece abertamente sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e mais ainda dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas mais suaves, mas de modo algum eliminado” (pág. 75).

Por outro lado, algumas feministas argumentam que as categorias marxistas são neutras em gênero e, portanto, essencialmente masculinas. Seria mais apropriada a escolha de conceitos e ideias marxistas mais abrangentes (como a descrição das necessidades do capital em relação aos jogos de poder e o conceito de exército industrial de reserva), tomados abstratamente. A proposta de Hartmann (1979) é separar as teorias do patriarcado das teorias de classes, tomando-as como abstrações e, a partir daí, possibilitando uma análise de como ambas se contemplam mutuamente. No caso do capitalismo, essa complementação se dá principalmente através de um trabalho livre ou não remunerado por parte das mulheres em nutrir, cuidar e educar os filhos e filhas, além dos cuidados com a manutenção do lar. Sendo assim, o modelo patriarcal não só é factível, mas também favorável ao desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Tal abordagem, entretanto, pode menosprezar os possíveis conflitos de interesse entre essas estruturas, que geram descontinuidades nos processos de aquisição dos direitos e liberdades das mulheres e descontinuidades na acumulação de capital. Segundo Walbi (1988):

A análise de Hartmann das relações entre capitalismo e patriarcado sobrevaloriza o grau de harmonia entre os dois sistemas. Os conflitos entre os interesses do capital em utilizar mão de obra barata e os do patriarcado em restringir mulheres para o trabalho doméstico ou formas muito limitadas de trabalho remunerado é subestimado em sua conta. (WALBI, 1988, p. 23, tradução livre).

Aqui, vale a discussão a respeito do trabalho doméstico como sendo ou não produtor de mais-valia. Se, por definição, mais-valia é trabalho não pago (e, portanto, apropriado pelo capitalista), e o trabalho doméstico aqui considerado é o trabalho não remunerado (considera-se apenas o trabalho gratuito produzido pela mulher para a manutenção do lar e da família), é evidente que não podemos tratar o trabalho doméstico no sentido tradicional marxista, como produtor de mercadorias úteis, com valor de uso e valor de troca. Por outro lado, a própria produção de mais-valia depende essencialmente do tempo de trabalho necessário para a reprodução do próprio trabalhador ou trabalhadora, pois a mais-valia é definida justamente pelo trabalho realizado além do necessário para as necessidades do indivíduo. Assim, o trabalho doméstico é produtor “indireto” de mais-valia através da produção direta da força potencial de trabalho: é só com a alimentação, os cuidados com a saúde, o descanso e o lazer fornecidos tradicionalmente pela mulher no lar que o trabalhador homem pode voltar ao seu ambiente de trabalho, além da criação de bebês saudáveis que possam potencialmente vender sua força de trabalho futuramente no mercado laboral (GERMAN, 2013). Isto é, é o trabalho doméstico feminino que tradicionalmente permite que existam trabalhadores e trabalhadoras aptas e dispostas ao labor no modo capitalista de produção. A afirmação de Walbi (1988) supracitada chama a atenção para a importante questão das possíveis contradições entre o capitalismo e o patriarcado. Porém, tende a considerar o trabalho gratuito que a

mulher realiza no lar como um não trabalho, como se o trabalho doméstico e de cuidados com a prole não gerasse nenhum tipo de valor e não contribuísse para os interesses do capital.

É verdade que existem contradições entre o sistema capitalista e o sistema patriarcal, assim como existem contradições internas no próprio sistema capitalista. São inúmeros os exemplos nos quais as necessidades do capital para seguir seu processo de valorização se chocaram com os interesses do patriarcado em seguir oprimindo as mulheres, e as sínteses encontradas por essas estruturas na história foram as mais diversas (ora causando problemas para a acumulação, ora permitindo às mulheres uma maior liberdade). A questão que aqui se coloca é o método proposto por German (2013), que levado à última instância propõe a abstração dessas categorias, para posteriormente observar seu grau de harmonia ou conflito na concretude.

Outro importante debate que divide as teóricas da tradição feminista marxista refere-se às condições necessárias para a subversão do patriarcado. Uma das divisões mais claras entre as correntes marxistas está no fato de algumas considerarem que a destruição do sistema capitalista, protagonizada pelo proletariado (e, portanto, por homens e mulheres) seria condição necessária e suficiente para acabar com a opressão do gênero feminino. Embora Marx e Engels tenham reconhecido eles próprios que o sistema patriarcal é anterior ao capitalismo (ENGELS, 1982), o desenvolvimento desse modo de produção torna o capital soberano sobre todas as relações humanas (o capital funciona como uma espécie de aglutinador das opressões). Assim, o ataque ao capital seria um ataque ao sistema patriarcal. Essa posição está mais identificada com o grupo das feministas socialistas, segundo a classificação de D'Atri (2004).

Por outro lado, outras feministas de vertente marxista colocam que as mulheres formam uma espécie de subclasse social a parte que é discriminada em qualquer círculo social em intensidades diferentes, dado o preconceito de classe característico do sistema capitalista (D'ATRI, 2004). Segundo elas, uma revolução que poria fim ao sistema capitalista não seria suficiente para acabar com a sociedade patriarcal. Para isso, seria necessária uma revolução cultural. Esse posicionamento, identificado com as feministas radicais, dialoga com o primeiro no sentido de considerar que não há possibilidade real de emancipação total da mulher em um marco capitalista de desenvolvimento, mas lança dúvidas de que o motor para o fim da opressão das mulheres seria o mesmo motor para o fim desse modo de produção.

Esse debate tornou-se especialmente importante para a interpretação da formação da União Soviética, que notoriamente não obteve êxito em dissolver as estruturas patriarcais. Durante o regime de Lênin, inclusive, houve diversos retrocessos nesse sentido (proibição do aborto,

perseguição a homossexuais, prêmios para mulheres que tivessem mais de sete filhos ou filhas, dentre outras medidas). Enquanto algumas feministas argumentam que a experiência soviética não foi de fato uma experiência socialista, e portanto não foi capaz de extinguir as opressões do capital por completo (entre elas a opressão do patriarcado), outras argumentam que a revolução que coloca o proletariado no poder deve desde sua gênese conter a pauta feminista, pois o ataque tão-somente ao capital não é suficiente para que o novo governo estabeleça uma condição igualitária. Colocando em termos do próprio Marx, é impossível libertar quem oprime, e a opressão da mulher por parte dos dirigentes masculinos impossibilitaria a revolução de ser levada adiante – justamente por não conter em seu núcleo a eliminação das opressões, é incapaz de promover a libertação em relação às amarras do capital (WEINBAUM, 1984).

É nesse sentido que as teóricas feministas marxistas radicais parecem estabelecer uma melhor síntese entre as teóricas do patriarcado e as teóricas marxistas tradicionais (incluídas aqui as socialistas e as pós-marxistas). É com a proposição de compreender as mulheres como subclasse (e não como classe social pura no sentido marxista, pois seria inadequado considerar a mulher operária como pertencente a mesma classe que a mulher burguesa), que se possibilita uma melhor leitura da situação das mulheres em uma sociedade, analisando por um lado uma estrutura patriarcal e, por outra, um modo de produção. Essas estruturas se movimentam e se articulam dialeticamente de forma a encontrar uma síntese diferente em cada sociedade: a mulher do capitalismo de bem-estar social é diferente da mulher do capitalismo neoliberal, a mulher dos países de capitalismo avançado é diferente da mulher dos países de capitalismo dependente, e assim por diante. Abstratamente, o patriarcado se articula com o capitalismo de forma a manter a opressão; concretamente, essa opressão adquire formas variadas.

A luta da classe operária, portanto, deve observar de que forma o capital se apropria e perpetua as opressões anteriores à sua generalização (como a opressão de gênero e de raça) se pretende ser de fato libertadora. Nas palavras de D'Atri (2011):

[...] não há possibilidade de que a classe que em si é revolucionária pela posição que ocupa nas relações de produção possa erigir-se na direção revolucionária do conjunto do povo oprimido, sem considerar também que existe a opressão em seu interior; que milhões de mulheres trabalhadoras e do povo pobre sofrem a humilhação, a submissão e o desprezo dos membros masculinos de sua classe. Por que nós, os revolucionários, consideramos que cada vez que uma mulher é abusada, golpeada, humilhada, considerada um objeto, discriminada, submetida, a classe dominante se perpetua um pouco mais no poder. E a classe trabalhadora, por outro lado, se enfraquece. Porque essa mulher perderá a confiança em si mesma e em suas próprias forças. Atemorizada, passará a crer que a realidade não é passível de mudança e que é melhor submeter-se à opressão do que enfrentá-la e por sua vida em risco. A classe trabalhadora, por outro lado, se enfraquece, também, porque esse homem que golpeou sua companheira, que a humilhou, que a considerou sua propriedade, está mais distante que antes de transformar-se num trabalhador consciente de suas algemas, está um pouco mais longe de reconhecer que, na luta para romper seus grilhões, deve propor libertar toda a humanidade de sua cadeia e contar com todos os oprimidos como seus aliados. (D'ATRI, 2011, pg. 151-152)

4. Foucault e a apropriação do patriarcado pelo capitalismo

Tendo em vista o debate realizado na seção anterior, torna-se fundamental realizar uma discussão a respeito de como a relação entre capitalismo e patriarcado se deu historicamente. Se, para as feministas marxistas radicais, essas estruturas necessitam ser estudadas a fim de encontrar sua síntese, buscando embasamento teórico para uma militância prática que seja capaz de compreender a situação das mulheres e as condições de acumulação do capital simultaneamente, é necessário realizar um resgate histórico de como o capitalismo se apropriou do patriarcado. Segundo Foucault (1989), foi justamente a partir da ascensão do modo de produção capitalista que a sexualidade passou a funcionar como uma técnica de poder dominante.

As contribuições foucaultianas vem ganhando espaço no campo da economia política, principalmente no que diz respeito às relações entre o poder político e as estruturas de mercado. Conforme bem discutido por Palma (2009), a ideia foucaultiana que o “neo-liberalismo não é um grupo de políticas econômicas, mas sim uma nova e mais efetiva tecnologia de poder” (PALMA, 2009, pg. 32, tradução livre) pode fornecer um bom diálogo com as escolas de pensamento marxistas. Na presente seção, busca-se focar no diálogo entre a economia política e a contribuição de Michael Foucault especificamente na relação entre capitalismo e patriarcado, desenvolvida em sua obra *A História da Sexualidade* (1989).

Para o autor, a partir do século XVI, se desenvolveu um complexo mecanismo de poder que buscou, através da ciência, descobrir uma “verdade” sobre o sexo, criando uma ciência da sexualidade. A sexualidade não foi vítima de uma repressão ferrenha, mas sim cada vez mais colocada em discurso para que pudesse ser controlada, com a legitimidade da medicina e da psiquiatria, em particular. O crescente processo de associação do sexo com o campo da racionalidade fica evidente na discussão dos “quatro grandes conjuntos estratégicos, que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo” (FOUCAULT, 1989, p. 99):

a) Histerização do corpo da mulher: esse processo é constituído de três etapas: (1) análise do corpo da mulher e qualificação do seu corpo como saturado de sexualidade; (2) interpretação de que esse corpo deve ser um objeto de estudo primordial para a medicina, como se fosse intrinsecamente patológico; (3) estabelecimento de uma relação orgânica entre o corpo da mulher e suas esferas de atuação (com o corpo social, através da regulação de sua fecundidade, com o espaço familiar, como

elemento substancial e funcional, e com a vida das crianças, constituindo uma responsabilidade biológico-moral sua).

b) Pedagogização do sexo da criança: a figura da “criança masturbadora” é central, obedecendo a lógica de que “quase todas as crianças se dedicam ou são suscetíveis de se dedicar a uma atividade sexual, e de que tal atividade sexual, sendo indevida, ao mesmo tempo 'natural' e 'contra a natureza', traz consigo perigos físicos e morais, coletivos e individuais” (FOUCAULT, 1989, p. 99).

c) Socialização das condutas de procriação: essa socialização é econômica, política e médica, e tem como figura o casal malthusiano (que pratica algum método de controle como o coito interrompido, “enganando a natureza”). Dependendo do objetivo socioeconômico, se incentiva ou desincentiva a procriação.

d) Psiquiatrização do prazer perverso: a figura do adulto perverso é estudada e patologizada, buscando-se métodos corretivos para esse tipo de “desvio de comportamento”. Por adulto perverso, pode ser entendida a pessoa que apresenta desejos diferentes ao sexo monogâmico heterossexual vaginal no ambiente doméstico. Se incluem aqui homossexuais, bissexuais, fetichistas, sadomasoquistas, exibicionistas, etc.

Esse processo está ligado a dois conceitos fundamentais de Foucault, que servem de base para que se possa estabelecer uma relação entre o desenvolvimento do capitalismo e o desenvolvimento desse discurso específico de sexualidade que, dentre outras realizações, se apropriou da estrutura patriarcal. São os dispositivos de aliança e sexualidade e os conceitos de biopoder.

Para Foucault (1989), a sociedade estava baseada em um dispositivo de aliança até o século XVIII. A partir daí, o dispositivo de sexualidade começou a se sobrepor sobre o antigo, mas sem que o dispositivo anterior deixasse de existir. Ou seja, ele apenas perdeu importância. O dispositivo de aliança se baseia nas relações entre casais que se dão com o objetivo de manter um status, estando interessado na manutenção de regras definidas, como o sistema de matrimônio e de transmissão de nomes e bens – surge daí um vínculo importante com as leis. Sua relação com a economia se dá no seu papel fundamental de transmissão e circulação das riquezas.

O dispositivo de sexualidade, por outro lado, tem uma relação mais complexa com os sujeitos, buscando penetrar em todos os detalhes dos corpos humanos para buscar sua ciência, sua mensuração, seu controle. Dessa forma, sua ligação com a economia se estabelece por meio de muitos mecanismos sutis e complexos, sendo o corpo o principal deles (o corpo que produz e consome).

O dispositivo de sexualidade se instalou em torno e a partir do de aliança, tendo a religião como seu núcleo formador. Em um primeiro momento, a religião se centrava no sexo como suporte das relações conjugais, tratando meramente de atitudes permitidas ou proibidas nessa instituição (adultério, casamento de consanguíneos, etc). Pouco a pouco, com o advento da nova pastoral, os prazeres da carne passaram a entrar em pauta, tornando o corpo o elemento central. Entretanto, ambos dispositivos estão presentes na nossa sociedade, mas o de sexualidade de maneira dominante. Eles se articulam de formas diferentes com fins diferentes:

O dispositivo de aliança se estrutura em torno de um sistema de regras que define o permitido e o proibido, o prescrito e o ilícito; o dispositivo de sexualidade funciona de acordo com técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. O dispositivo de aliança conta, entre seus objetivos principais, o de reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege; o dispositivo de sexualidade engendra, em troca, uma extensão permanente dos domínios e das formas de controle. (FOUCAULT, 1989, p. 101)

A família adquire um papel central na articulação do dispositivo de sexualidade, trazendo para seu espectro o dispositivo de aliança “psicologizado”, ou seja, funciona como transportador do dispositivo de aliança para o dispositivo de sexualidade. O contrário também é verdadeiro: a família também transporta o dispositivo de sexualidade ao dispositivo de aliança, levando os prazeres e desejos dos indivíduos para dentro da família matrimonial. Ela funciona, portanto, como o permutador entre ambos dispositivos, contando também com um aparato externo para que essa relação ocorra:

Os pais, os cônjuges, tornam-se, na família, os principais agentes de um dispositivo de sexualidade que no exterior se apoia nos médicos e pedagogos, mais tarde nos psiquiatras, e que, no interior, vem duplicar e logo 'psicologizar' ou 'psiquiatrizar' as relações de aliança. Aparecem, então, estas personagens novas: a mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente ou assediada por obsessões homicidas, o marido impotente, o sádico, perverso, a moça histérica ou neurastênica, a criança precoce e já esgotada, o jovem homossexual [...]. São as figuras mistas da aliança desviada e da sexualidade anormal: transferem a perturbação da segunda para a ordem da primeira; dão oportunidade para que o sistema de aliança faça valer seus direitos na ordem da sexualidade. (FOUCAULT, 1989, p. 104).

Esse processo de “cientificação” do sexo, que vinha desde o século XVI e passou a ser dominante a partir do final do século XVIII, teve seus apoios na pedagogia (que tinha como objeto a sexualidade da criança), na medicina (que se concentrava na fisiologia da mulher) e na economia (ligada à questão da demografia e da regulação dos nascimentos – oferta de mão de obra e mercado consumidor). O sexo passa a ser uma questão de Estado, e uma nova relação de poder entre o Estado e os indivíduos se estabelece.

Historicamente, o poder do Estado esteve ligado à morte. As pestes, as guerras e as grandes crises eram constantes, e o conceito de “vida” significava muito mais a não-morte que um direito

fundamental. Era a excepcionalidade, o caminho não natural. O direito do Estado estava ligado fundamentalmente a “causar a morte ou deixar viver”, e não em gerir a vida. A “invenção” da vida, ou seja, a colocação dela como um direito fundamental que deve ser preservado e gerido pelo Estado, está umbilicalmente associada com a “invenção” da sexualidade.

O poder sobre a vida se desenvolveu em dois polos interligados: (1) no século XVII, surge a ideia do corpo como máquina que deve ser disciplinada (dele deve ser extorquido o máximo possível de força e aptidões) e (2) a partir da metade do século XVIII, a biopolítica da população se estabelece, centrando a ideia do corpo como suporte dos processos biológicos fundamentais para regulação da população (nascimentos, nível de saúde, duração da vida, etc.). Por meio desses dois pólos se desenvolveram as tecnologias políticas que, por colocarem a vida para o centro do Estado (e não mais a morte), têm a legitimidade para regular o corpo, a saúde, a alimentação, a moradia. Assim, “na junção entre o 'corpo' e a 'população', o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte” (FOUCAULT, 1989, p. 138). Esse é o biopoder.

Esse processo originou a noção de sexo como categoria com significado único (uma mulher é de uma forma e só dessa forma) e com significado universal (essas são as características das mulheres e, onde quer que estejamos, todas as mulheres serão dessa forma). Assim, construímos uma identidade baseada nessa categoria artificial: é através da categoria “mulher” que temos acesso à nossa própria inteligibilidade, à totalidade do nosso corpo e à nossa identidade. Reforça-se, então, a proposição anteriormente feita neste trabalho: o sexo é uma construção social.

É de se esperar que este biopoder que se articulou através da proteção da vida tenha sido destinado às elites, ou seja, que não tenha funcionado inicialmente como um modo de repressão às classes populares, e sim como forma de proteção da vida daquelas pessoas que merecem ter suas vidas protegidas (i.e., a proteção do corpo da burguesia). A ideia de que doenças hereditárias (de qualquer tipo, físicas ou mentais) geravam perversos sexuais, que seriam responsáveis pelo fim da descendência, no chamado tripé perversão-hereditariedade-degenerescência, formaram a base para que a proteção do corpo burguês se tornasse condição básica para a perpetuação do seu poder entre as gerações.

As novas técnicas para “maximizar a vida” foram, portanto, implementadas nas classes dirigentes, e não nas populares. Essas estiveram fora do dispositivo de sexualidade por muito tempo. As classes dominantes se mantinham através da sua diferenciação, com a qualificação constante de sua longevidade, sua aparência, sua limpeza.

Não imaginemos a burguesia se castrando, simbolicamente, para melhor recusar aos outros o direito de ter um sexo e usá-lo a seu bel-prazer. Deve-se, ao contrário, vê-la, a partir da metade do século XVIII, empenhada em se atribuir uma sexualidade e construir

para si, a partir dela, um corpo específico, um corpo 'de classe', com uma saúde, uma higiene, uma descendência, uma raça. (FOUCAULT, 1989, p. 117)

O dispositivo de sexualidade passou a se alastrar para as classes populares através de três movimentos principais: (1) no final do século XVIII, devido aos problemas de natalidade e a descoberta por parte da burguesia de que essas camadas populares também “enganavam a natureza” (com o coito interrompido, por exemplo); (2) em torno de 1830, quando se deu a grande campanha de “moralização das classes pobres” devido à importância da família mãe-pai-filhos para o controle político e econômico do proletariado urbano; e (3) no final do século XIX, quando se intensificou o controle médico e legal dos adultos perversos para a proteção geral da sociedade.

O proletariado só foi dotado de corpo e sexualidade, portanto, quando se deram conflitos em relação à sua reprodução (principalmente em relação ao espaço urbano e as epidemias) e problemas econômicos (com o desenvolvimento da indústria). Isso só foi feito quando a burguesia já não necessitava desse instrumento de consciência de classe, não sendo “perigoso” repassar seus valores para as classes populares através de leis e da medicina (sempre em um mecanismo “de cima para baixo”). O desenvolvimento desse dispositivo, o seu alastramento para as camadas populares e o estabelecimento do biopoder, através das quatro linhas estratégicas já citadas (histerização da mulher, pedagogização do sexo das crianças, socialização das condutas de procriação e psiquiatrização do prazer perverso), foram, portanto, intrinsecamente ligados ao desenvolvimento do capitalismo:

Este biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu reforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e biopolítica, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; o ajustamento da acumulação dos homens à do capital, a articulação do crescimento dos grupos humanos à expansão das forças produtivas e a repartição diferencial do lucro, foram, em parte, tornados possíveis pelo exercício do biopoder com suas formas e procedimentos múltiplos. (FOUCAULT, 1989, p. 132-133).

5. As sínteses dinâmicas entre capitalismo e patriarcado: o caso da Revolução Industrial na Inglaterra

Retomando as seções anteriores, após a definição das categorias sexo e gênero, discutiu-se as proposições teóricas das feministas marxistas e das feministas da tradição do patriarcado para explicitar a hipótese de que existe uma articulação dinâmica entre o modo de produção capitalista e a estrutura patriarcal. Considerou-se que o método proposto pelas feministas marxistas radicais parece ser o mais ortodoxo no sentido marxista, e o mais indicado para fornecer uma leitura da síntese encontrada entre capitalismo e patriarcado em uma dada sociedade e para fornecer uma tática de militância feminista e anticapitalista. Posteriormente, utilizou-se de uma leitura foucaultiana para investigar de que forma se deu esse movimento inicial de apropriação do patriarcado por parte do capitalismo, dando início a essa articulação entre ambas estruturas. O propósito da presente seção é analisar mais concretamente a ideia de que os movimentos do capital influenciam a vida das mulheres e o seu papel na sociedade, assim como a condição social das mulheres pode alterar a dinâmica de acumulação do capital. A proposta é buscar dados referentes ao momento de implementação do modo de produção tipicamente capitalista (generalização do trabalho assalariado e divisão da sociedade mais marcadamente nas classes puras – capitalista e proletária), ou seja, a Revolução Industrial, para ver como essa articulação teórica descrita acima se aplica na concretude desse momento histórico.

É difícil traçar a história das mulheres durante a revolução industrial porque, conforme debatido anteriormente, elas constituem uma subclasse. Sendo assim, as mulheres estão submetidas a uma classe que permite ou não que desempenhem alguns papéis – porém, independentemente da classe, todas as mulheres são consideradas como possuidoras das mesmas características e habilidades biológicas, pois essa é uma categoria de significado único e universal.

A ânsia da burguesia em diferenciar-se como classe, já que não tinha a diferenciação “natural” do sangue como a nobreza, conforme discutido na seção anterior, tomou uma forma nítida no seu cuidado com o corpo, e a oposição das mulheres “de bem” às mulheres trabalhadoras e pobres foi uma característica principal. Observamos a demarcação mais forte desses papéis de gênero na linha proposta por Scott (1990), verificando a utilização de símbolos culturais associados a uma interpretação que visava a construção de uma identidade subjetiva por parte das mulheres das altas camadas da sociedade:

O ano de 1793 marcou a repressão decisiva das pretensões de cidadania das mulheres e também, como mostrou Lynn Hunt, um ponto de virada das imagens republicanas destas. Quando representadas em público, não eram exibidas como a espalhafatosa Marianne, o símbolo da Liberdade, mas eram cada vez mais relegadas a papéis de mãe. Os festivais mostravam desfiles de mulheres grávidas; as mulheres retratadas nas cerimônias, como as do Festival do Ser Supremo, de 1794, eram todas esposas e mães, muitas trazendo consigo crianças no peito. (SCHIEBINGER, 2001, p. 239)

O novo mercado de consumo criado pela revolução industrial também mostra mudanças significativas no sentido de fortalecer uma ideia do que é (ou deve ser) associado ao feminino. A sobreposição do sistema de aliança pelo sistema de sexualidade e a possibilidade de mulheres burguesas e das altas classes se casarem não pelo seu sangue ou dote, mas sim pelo seu “encanto”, fortalece a ideia da mulher cuidadora, recatada e devota. Mira (2003) analisa esse movimento através das publicações da época, observando que as vestimentas e a delicadeza dos gestos tornam-se os maiores atributos de uma mulher, e o consumo da moda e dos objetos de conforto doméstico voltam-se agora inteiramente para elas⁵. Tilly (1994) argumenta que nas camadas burguesas era comum, até a metade do século XIX, as mulheres exercerem papéis ativos no comércio trabalhando nas lojas, contribuindo com capital herdado da família ou mesmo trabalhando como professoras. Após esse período, essas atividades passaram a ser cada vez mais raras.⁶

Em relação às classes baixas, muito já se debateu a respeito das péssimas condições de trabalho durante a revolução industrial. São características do período as longas jornadas de trabalho sem intervalos, as péssimas condições sanitárias, os castigos físicos e morais por parte dos patrões, a baixa remuneração e a total falta de direitos trabalhistas como estabilidade, férias, licença maternidade, etc. Entretanto, para as mulheres o quadro era ainda pior, pois seus salários eram inferiores aos dos homens e os abusos consideravelmente mais frequentes (TILLY, 1994).

O fato de mulheres receberem menor remuneração em relação aos homens para desempenhar as mesmas tarefas estava ancorado na ideia de que as mulheres não têm as mesmas aptidões que os homens para o trabalho, dada sua natureza frágil. Em tempos de crise, os cargos femininos aumentavam consideravelmente, principalmente em áreas como mineração (onde o contingente de mulheres era reduzido), para corte de gastos. Em períodos de crescimento, as

⁵ A partir do século XIX, os homens desaparecem dos ambientes relacionados à costura, decoração e cuidados do lar, e procuram manter sua imagem relacionada com o poder, os negócios, a moralidade. Também no início do século XIX a imprensa em massa faz surgir o folhetim, que basicamente se constituía da “fusão histórica do romance burguês com o melodrama popular” (MIRA, 2003) que se destinava a contar histórias românticas e simples para mulheres.

⁶ A autora cita como principais motivos para essa mudança o fato de o comércio ter se intensificado e aumentado a remuneração de forma exponencial, o que ocasionou a mudança de muitas famílias para casas mais confortáveis e distantes do ambiente de trabalho (antes, as lojas ficavam na própria residência, permitindo que a mulher pudesse realizar seus afazeres domésticos e trabalhar no comércio). Ainda, a remuneração da mulher não era mais necessária, pois o aumento dos lucros permitiu que o padrão de vida aumentasse mesmo com um membro a menos da família trabalhando.

mulheres se concentravam nas indústrias têxteis nas quais a habilidade do trabalho manual era bem-vinda, porém nem aí obtinham os mesmos salários masculinos (BESSA, 1988).

Com o passar do tempo, a preocupação do Estado em relação ao trabalho das mulheres e crianças foi aumentando. Analisando algumas leis do período, particularmente o Ato de Alteração da Lei dos Pobres de 1844 e os Atos de Fábrica posteriores⁷, é possível identificar uma diferenciação cada vez mais clara entre as ocupações femininas e masculinas, e inclusive a possibilidade de mulheres desempenharem alguns trabalhos industriais diretamente de suas casas, no caso de serem casadas e com filhos (TILLY, 1994).

Os avanços tecnológicos e as mudanças no mercado no sentido de criar cada vez mais trabalhos “intelectuais”, e, portanto, que exigiam menos força física, foram criando espaços específicos para as mulheres no ambiente laboral. A máquina de escrever e a crescente demanda por secretárias, por exemplo, propiciaram que muitas mulheres melhorassem sua condição de empregabilidade em relação aos trabalhos manuais das fábricas têxteis. A telefonia também foi um setor importante para a absorção de mão-de-obra feminina.

Na revolução industrial, o processo de acumulação permitiu que a mão de obra feminina das elites fosse liberada para dedicar-se exclusivamente ao trabalho doméstico, e inicia-se uma preocupação em relação ao trabalho feminino para manter a moral da sociedade (dando importância a família nuclear como centro dessa moralização por excelência). O momento de aprofundamento da sociedade tipicamente capitalista encontra uma síntese com a estrutura patriarcal de forma a restringir o espaço público para a mulher, hierarquizar a divisão dos trabalhos (com funções específicas para os sexos), demarcar a divisão público-privado e aumentar o seu grau de submissão – retomando a discussão de Rosaldo & Lamphere (1974). As tendências do capital nesse período, portanto, aprofundam a diferenciação entre homens e mulheres (o número de casamentos aumentou consideravelmente no período, houve redução da idade média da mulher ao casal e um enorme aumento do número de filhos, além do processo migratório que aumentou ainda mais a população inglesa⁸).

⁷ O Ato de Minas também é bastante representativo. Trata-se de uma lei criada após a conclusão das investigações da Comissão de Investigação das Minas Ashley, que entrevistou trabalhadoras e trabalhadores das minas entre 1841 e 1842. Ao assistir a condição de degradação das pessoas naquele ambiente, com jornadas incessantes sem nenhum intervalo para alimentação, com equipamentos precários, salários de fome e constantes abusos (quase todas as pessoas trabalhavam nuas), o Ato proíbe o trabalho feminino nas minas e o trabalho de meninos de até 10 anos para manter a moral da sociedade (porém nada declara sobre a nudez masculina no ambiente).

⁸ Wrigley e Schofield (1981) mostram que o período foi marcado por uma redução na idade média das mulheres no momento de seu casamento (de 26,2 no período de 1700 a 1749 para 23,4 a partir de 1800) e drástica redução do número de mulheres que nunca se casou (estimada em 26% na metade do século XVII e em 6% no final do século XVIII), além de um aumento do número de filhos por mulher. Nas camadas burguesas e nobres esse aumento se deu devido ao fortalecimento do papel da mulher como mãe e sua permanência no ambiente doméstico. Nas camadas

Houve um aumento do número de mulheres no mercado de trabalho, devido aos novos postos criados; simultaneamente, houve um aprofundamento do conceito de mulher como “a rainha do lar” e como possuidora de características físicas e psicológicas que a destinam a postos de trabalho específicos. Se é positiva a saída das mulheres das condições degradantes de trabalho das minas de carvão, por exemplo, isso só é feito visando a moralização da sociedade. Se, à primeira vista, trata-se de uma conquista perante a exploração capitalista, o mesmo fato torna-se uma derrota perante a opressão do patriarcado, e ainda é útil ao capital devido a disponibilidade do trabalho gratuito das mulheres. Aqui, destaca-se a importância de analisar ambas estruturas encontrando uma síntese, que pode culminar em efeitos a princípio positivos mas que trazem por trás movimentos históricos que visam manter a acumulação e a opressão.

6. Conclusão

O presente artigo buscou realizar uma breve exposição a respeito de algumas das discussões da ainda pouco difundida área de economia política feminista. O objetivo principal foi resgatar o debate entre as feministas marxistas e as feministas da tradição do patriarcado para sugerir uma metodologia que seja capaz de captar os movimentos articulados do modo de produção capitalista com a estrutura patriarcal, e interpretar suas sínteses nos diferentes períodos históricos.

Para tanto, definiu-se os conceitos abstratos de gênero e sexualidade utilizando por base a teoria foucaultiana, que se mostrou adequada para o propósito de investigar o objetivo proposto. A ideia de sexos como construções sociais encontra respaldo na maioria das teóricas utilizadas para o debate aqui realizado, e torna-se central para compreender as metamorfoses da posição dos sexos na sociedade que ocorre como resultado dos movimentos das estruturas capitalismo e patriarcado. A adequada compreensão desses conceitos é central, pois a alteração dos significados atribuídos às características biológicas dos corpos é a forma pela qual se permite a tomada da sexualidade como questão de Estado.

O extenso debate entre as feministas marxistas e as teóricas da tradição do patriarcado, aqui tratado resumidamente, evidencia os limites de cada uma dessas escolas teóricas e a necessidade de um método que seja capaz de compreender a posição das mulheres do mundo – o que exige uma compreensão a respeito dos movimentos e contradições do capital, considerando-se a tendência de subsunção real da humanidade ao capital e o capital como agregador de todas as opressões. A

populares, o aumento da fertilidade foi oriundo de uma subordinação da reprodução à produção (GIFFIN, 1991), ou seja, uma maior quantidade de crianças permitia uma maior quantidade de braços para o trabalho (SECCOMBE, 1993).

importância dessa metodologia não é apenas teórica; a compreensão da posição das mulheres na sociedade gera uma compreensão a respeito da sua posição da luta para a emancipação da classe trabalhadora. É aqui que as feministas marxistas radicais retomam a questão da impossibilidade de libertação de quem oprime, e da importância das pautas de gênero (e de raça) como concomitantes às pautas de classe, justamente porque o capitalismo se articula com o patriarcado, e um ataque ao sistema patriarcal pode gerar descontinuidades na acumulação. Desse ponto de vista, portanto, a luta feminista que esteja ancorada numa base teórica que dê suporte a uma leitura adequada da condição dos sexos, não só é necessária para a libertação da classe trabalhadora em si e para si, mas também para a acentuação das contradições do capital.

O presente artigo buscou utilizar o debate entre algumas teorias feministas e a contribuição de Foucault (1989) para responder ao questionamento de como e por que o capitalismo se apropriou do patriarcado. Visando contestar a pergunta referente a de que forma tais estruturas se relacionam, se sustentam e se articulam, utilizou-se o exemplo da Revolução Industrial na Inglaterra para evidenciar um momento (bastante extremo) das modificações mútuas que ambas estruturas realizam. Cada movimento nas categorias analíticas que parecem ser relevantes para compreender o patriarcado deve ser analisado paralelamente aos movimentos das categorias analíticas que permitam observar os movimentos do capitalismo, considerando apenas aquelas categorias que parecem ser relevantes para modificar a condição das mulheres no período (taxa de exploração, salários, emprego, tamanho do exército industrial de reserva, grau de monopólio, entre outras).

O exercício aqui feito foi bastante simples, apenas identificando tendências gerais para um momento bastante conhecido e estudado do capitalismo. O foco do artigo recai sobre o debate teórico e da formação de uma síntese para construir um arranjo metodológico. Para futuros trabalhos, seria interessante aprofundar essa metodologia para outros casos históricos de forma mais aprofundada, ou seja, levar esses conceitos abstratos para o concreto das sociedades em busca de construir um “concreto sintético” ou “concreto depurado”, em termos marxistas, que seja capaz de fornecer informações relevantes a respeito da real situação de opressão das mulheres. Esse, talvez, pode ser um caminho para que se tracem bandeiras reais para a luta feminista e para a luta anticapitalista.

Referências Bibliográficas

BESSA, Karla Adriana Martins. Trajetórias do Gênero, masculinidades... **Cadernos PAGU**. Núcleo de Estudos de Gênero. UNICAMP. Campinas, São Paulo. 1998.

COOK, Rebecca e CUSACK, Simone. **Gender Stereotyping: Transnational Legal Perspectives**. Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 2009.

D'ATRI, Andrea. Feminismo y marxismo: más de 30 años de controversias. **Revista Lucha de Clases**, nº 4, Nov. 2004. Disponível em: <<http://www.sinpermiso.info/articulos/ficheros/atri.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Feminismo e Marxismo: 40 anos de controvérsia. **Lutas Sociais**, n. 27, pg. 142-156. São Paulo, 2011.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 8º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FINE, Ben. **Women's Employment and the Capitalist Family**: towards a political economy of gender and labour markets. Londres: Routledge, 1992.

FIRESTONE. Shulamith. **The Dialectic of Sex**. Nova Iorque: The Women's Press, 1970.

FOLBRE, Nancy. **Greed, Lust e Gender**: a history of economic ideas. Nova York, Oxford: University Press, 2009.

FOUCAULT, Michael. **La Historia de La Sexualidad**. Volumen I: La Voluntad de Saber. Madri: Siglo XXI, 1989.

GAMBA, Susana. ¿Qué es la perspectiva de género y los estudios de género? **Diccionario de estudios de Género y Feminismos**. Buenos Aires, Biblos, 2008b. Disponível em: <<http://www.mujeresenred.net/spip.php?article1395>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

_____. Feminismo: historia y corrientes. **Diccionario de estudios de Género y Feminismos**. Buenos Aires, Biblos, 2008a. Disponível em: <<http://www.mujeresenred.net/spip.php?article1397>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

GERMAN, Lidsey. **Women's libetion**: a class perspective. Counterfire. Publicado em: 02 fevereiro 2013. Disponível em: <<http://www.counterfire.org/index.php/theory/37theory/16276-mens-feminism-and-women-and-the-politics-of-class>>. Acesso em: 10 fev 2013.

GIFFIN, Karen Mary. Nosso corpo nos pertence: a dialética do biológico e do social. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, jun. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.phpscript=sci_arttextepid=S0102311X1991000200005eInlg=enenrm=iso>. Acesso em: 18 maio 2013.

HARTMANN, Heidi. The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a More Progressive Union. **Capital and Class**, v. 8, p. 1-33, 1979. Disponível em: <<http://cnc.sagepub.com/content/3/2/1.short>> Acesso em: 10 jun. 2013.

LAQUEUR, Thomas. **Making Sex**: body and gender from Greeks to Freud. Harvard: University Press, 1990.

MACKINNON, Catherine. Pornography and Method: Pleasure under Patriarchy. **The University of Chicago Press**, vol 99., no. 2, p. 314-346, 1989.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. V. 1, Tomos 1 e 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2002.

MIRA, Maria Celeste. O masculino e o feminino nas narrativas da cultura de massas ou o deslocamento do olhar. **Cadernos Pagu**, v. 21, p. 13-38, 2003.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 8(2), 2000.

O'BRIEN, Mary. **The Politics of Reproduction**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1981.

OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, v. 16, p. 305-332, 2008.

PALMA, Gabriel. The Revenge of the Market on the Rentiers. Why neo-liberal reports of the end of history turned out to be premature. **Cambridge Working Papers in Economics (CWPE) 0927**, Cambridge University. Disponível em:

<<http://www.econ.cam.ac.uk/dae/repec/cam/pdf/cwpe0927.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2015

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

ROHDEN, Fabíola. O que se vê no cérebro: a pequena diferença entre os sexos ou a grande diferença entre os gêneros? In: MALUF, Sônia; TORNQUIST, Carmen (Orgs.). **Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010.

ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise (Orgs.). **Woman, Culture & Society**. Stanford: Stanford University Press, 1974.

RUBIN, Gayle. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, Carole. **Placer y peligro: explorando la sexualidad femenina**. Madri, Revolución, 1989.

SCOTT, Joan. El género: una categoría útil para el análisis histórico. In: NASH, Mary; AMELANG, James (Orgs.). **Historia y género: las mujeres en la Europa moderna y contemporánea**. Valencia: Alfons el Magnanim, 1990.

SECCOMBE, Wally. **Weathering the storm: working-class families from the industrial revolution to the fertility decline**. Londres: Verso, 1993.

STATEMENTS of witnesses before the Ashley Mines Investigation Commission. Parliamentary Papers, 1842. Disponível em: <<http://www.yeditepe.edu.tr/dotAsset/74101.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2013.

TILLY, Louise. Women, women's history and the industrial revolution. **Social Research**. vol. 61, p. 115-135, 1994.

WALBY, Sylvia. **Gender segregation at work**. Buckingham: Open University Press, 1988.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WEINBAUM, Batya. **El curioso noviazgo entre feminismo y socialismo**. Madrid: Siglo XXI, 1984.

WRIGLEY, E.; SCHOFIELD, D. **The Population History of England 1541-1871**. Londres: Edward Arnold, 1981.